



Vol. 12, Nº 27 (diciembre / dezembro 2019)

ISSN 1988-5261

TURISMO DE MONTANHA EM URUBICI/SC – BRASIL: APRENDIZAGEM COM A EXPERIÊNCIA PORTUGUESA

Rodrigo Sartori Bogo¹

Universidade Federal de Santa Catarina
RSbogo@gmail.com

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Rodrigo Sartori Bogo (2019): “Turismo de montanha em Urubici/SC – Brasil: aprendizagem com a experiência portuguesa”, Revista Turydes: Turismo y Desarrollo, n. 27 (diciembre / dezembro 2019). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/turydes/27/turismo-urubici.html>

<http://hdl.handle.net/20.500.11763/turydes27turismo-urubici>

Resumo (JEL R11): O município de Urubici, no estado de Santa Catarina, Brasil, tem uma série de atrativos naturais e históricos que o colocam como um grande centro para o turismo de montanha no contexto brasileiro, mas ainda é problemático em várias questões relacionadas ao aparato turístico. São necessárias então programas de promoção turística e desenvolvimento rural, mas isso só é possível através do conhecimento do território e das dinâmicas geográficas que o compõem. Ao analisar as infraestruturas locais e os atrativos da paisagem, é perceptível a necessidade de um maior investimento governamental, mas também a de uma inserção da população local no turismo, promovendo o desenvolvimento necessário não só ao município, mas à região Serrana como um todo.

Palavras-chave: Turismo de montanha (JEL Z32), desenvolvimento local (JEL O2), território (JEL R12), análise turística (JEL Z32), análise econômica (JEL Z32).

Mountain tourism in Urubici/SC – Brazil: learning with the portuguese experience

Resume (JEL R11): The Urubici municipality, Santa Catarina state, Brazil, have a series of natural and historical attractives, that put it as a big center for mountain tourism in Brazilian context, but remains problematic in a lot of questions related to the touristic display. So, programs of touristic promotion and rural development are necessary, but that is only possible through the knowing of the territory and the geographical dynamics that compose it. Analyzing the local infrastructure and the landscape attractive, it is noticeable the need of a bigger governmental investment, but also the insertion of the local population in tourism, promoting the needed development not just for the municipality, but for the entire Serrana region.

Keywords: Mountain tourism (JEL Z32), local development (JEL O2), territory (JEL R12), touristic analysis (JEL Z32), economic analysis (JEL Z32).

¹ Bacharel em Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Mestrando em Geografia (Desenvolvimento Regional e Urbano) na UFSC. Pesquisador do Laboratório Cidade e Sociedade (GCN/UFSC).

1. INTRODUÇÃO

Este artigo trata do turismo de montanha no município de Urubici, no estado de Santa Catarina, Brasil, e como este pode se beneficiar da experiência portuguesa com o turismo de montanha enquanto estratégias de promoção turística e desenvolvimento local. Ao analisar o que foi feito e o que pode ser melhorado, em ambas as escalas comparativas, foi possível traçar uma série de iniciativas que trariam melhorias ao turismo do município, tanto em sua zona rural, quanto no pequeno espaço urbano do qual faz parte.

O objetivo era justamente avaliar as dinâmicas locais de Urubici, como elas se assemelham com o contexto português do turismo de montanha e quais as melhorias que podem ser alcançadas. Mesmo que tal conceito seja considerado exterior à realidade brasileira, percebe-se ao decorrer do artigo que uma série de características listadas pela bibliografia portuguesa acerca do conceito também são observadas em Urubici, o que valida a pesquisa aqui realizada.

A metodologia se baseou principalmente na pesquisa bibliográfica, por via da obtenção de avaliações e conclusões de autores, brasileiros e portugueses, com artigos, dissertações, teses e livros. Tal pesquisa se deu em autores de ambas as nacionalidades aqui trabalhadas. Houve também obtenção de dados espaciais de forma direta, e sua elaboração em gráficos e tabelas, para melhorar demonstração de números e estatísticas aplicadas no texto. O sistema de informação geográfica, obtido de forma indireta, também serviu como ferramenta para representação espacial da realidade local.

O trabalho foi dividido em duas partes principais. Uma primeira, tratando especificamente do turismo em ambiente de montanha, englobados em três diferentes subtópicos. Estes, com o intuito de discutir conceitos fundamentais para o entendimento da pesquisa, para compreensão dos espaços de montanha e também da caracterização, ainda que superficial, do contexto português para o turismo de montanha.

Já a segunda parte trata especificamente do estudo de caso, esse tratado em quatro diferentes partes. Há, primeiramente, uma demonstração das dinâmicas territoriais, de forma a contextualizar a realidade espacial em estudo, para ter então o seu turismo avaliado em suas ofertas e lazeres, investimentos públicos e privados, e também em problemas e potencialidades.

O trabalho é finalizado com as conclusões, em que o autor toma notas e propõe melhorias ao território estudado conforme a experiência portuguesa, percebendo uma série de fatores que podem ser melhorados para o desenvolvimento local do turismo, enquanto motor econômico e da qualidade de vida da população.

2. TURISMO EM AMBIENTE DE MONTANHA

O turismo em ambiente de montanha mostra a sua importância em escala global a medida que, como demonstrado por Silva (2011), 500 milhões de turistas visitam áreas de montanha anualmente, correspondendo a 20% do turismo mundial. Demograficamente falando, 12% da população mundial reside em ambientes de montanha e outros 14% em regiões adjacentes à elas, numa área total que corresponde à 24% da superfície terrestre. Conforme Carvalho (2013a), 35% do território da União Europeia e 20%, no caso português, estão cobertos por regiões montanhosas.

Tendo conhecimento destes dados é possível compreender a importância do desenvolvimento local e do turismo dos ambientes de montanha, visto que este é interessante para uma grande parcela de habitantes em todo o mundo. E não somente para os locais, mas também para a população urbana, enquanto alternativa de turismo, promovendo lazer, interação e novas experiências. Conforme explicitado por Silva (2011) *apud* McCool (2002), o turismo de montanha é extremamente atrativo para os habitantes exteriores, além de ser eficaz na melhoria dos espaços para os moradores.

As montanhas, por ocuparem vastas áreas e diferentes territórios, compõem paisagens e usos distintos (CARVALHO, 2013a). As modificações territoriais das últimas décadas, em termos de uso do solo e mobilidade, geraram uma dinâmica particular em ambientes

montanhosos, em especial no caso português. Cunha e Vieira (2004) explicitam que o déficit populacional entre as décadas de 1960 e 1980 fez com que a sociedade urbana criasse novos usos a estes territórios, gerando uma gama de atividades ligadas à montanha que são atrativos aos residentes exteriores. Conforme Saraiva (2012), uma série de fatores torna o turismo de montanha tão atrativo, como a possibilidade de “respirar ar puro”, contemplar a natureza e as paisagens, conhecer o patrimônio histórico, natural e cultural, além de atividades ligadas à ecoturismo, esportes de montanha e até à neve, conforme as particularidades dos espaços.

Segundo o mesmo autor, ao citar Ives (1997), o turismo é um grande motor do desenvolvimento e da melhoria de condições econômicas da população local. O fenômeno turístico é, portanto, um motor de influência nos mais diversos componentes da sociedade, como o econômico, político, histórico e cultural. É nesse sentido que Carvalho (2013b) argumenta a necessidade de investimentos em desenvolvimento local e regional voltados para ambientes de montanha, que também impulsionem o turismo alternativo, permitindo a saída destes territórios de situações de abandono e marginalidade, como é visto não somente nos casos português e europeu, mas também em outras partes do mundo.

Sabendo disso é que se pode buscar a nova faceta dos territórios montanhosos, para que se tornem também espaços recreativos e de vivência, ou seja, neo-rurais (CARVALHO & CORREIA, 2013). Os últimos 30 anos nos contextos europeu e português são essenciais para compreender as mudanças das dinâmicas destes espaços, e também enquanto estratégias de investimentos para seu desenvolvimento por atores privados e públicos. Somente ao analisar tais realidades e características que é possível obter avaliações e resultados adequados à outras realidades e particularidades territoriais, como é o caso brasileiro, citado neste trabalho.

No entanto, só é possível compreender as transformações no âmbito do desenvolvimento regional tendo conhecimento primordial do conceito de território enquanto uma categoria analítica dinâmica e agregadora (GOUVEIA, 2014) que, por sua vez, também agrega o turismo.

2.1 Turismo e território

Pode-se começar tratando da relação explicada por Gouveia (2014) da relação entre os conceitos de espaço e território. Segundo o autor, o conceito de território ultrapassa o de espaço. Ou seja, o território nada mais é que um avanço acerca do conceito anteriormente usado de espaço, ainda que seja necessário compreender, no que diz respeito à análise dos territórios, as suas respectivas formações socioespaciais e características que o compõem enquanto espaço geográfico e, também, território.

O território surge como uma categoria analítica que envolve relações de poder entre diferentes atores sociais no espaço geográfico em questão. Gouveia (2014) considera a atuação dos mais diversos fatores na alteração do território, sejam eles naturais ou artificiais, investimentos privados ou públicos e, no caso do turismo, a relação entre turistas e moradores locais. Há, portanto, um caráter de mutação no que diz respeito ao território, em que estão presentes diferentes escalas e abrangências, criando variados territórios e que se interligam também de maneiras diferenciadas.

A abordagem de Fratucci (2015) é esclarecedora neste aspecto. Ao abordar a relação entre espaço-território, o autor trata do conceito de “espaço turístico” e como ele pode se relacionar com o território, de forma dinâmica. Ao refutar a ideia de “região turística”, dita de origem positivista, compreende-se que o turismo, assim como o território, é composto de relações complexas, não necessariamente contínuas e em constante, o que fica claro nos diferentes tipos de turismo, dispersos no tempo, ao serem sazonais, aleatórios ou contínuos.

Dessa forma, Fratucci (2015) entende a importância do turismo enquanto agente de alteração do território. Ao utilizar dados do Conselho Mundial de Viagens e Turismo, de 2013, demonstra que 9,5% da economia mundial é proveniente do turismo, além de ser 9,2% no caso brasileiro, neste trabalho também estudado. O autor compreende que tais agentes sociais geram processos de turistificação, que se desdobram nos territórios do turismo, influenciados pelos destinos turísticos. Ainda argumenta que a fixação em um

lugar em detrimento de outros determina uma territorialização por parte do turista, e são essas atitudes por partes dos mesmos que geram mudanças nas ofertas, nos equipamentos e, conseqüentemente, na morfologia do território. Ou seja, o território do turismo é uma soma dos diferentes agentes espaciais ali presentes, de forma não estática, em constante alteração.

No entanto, para compreender essa relação de conceitos é necessário também elucidar como o turismo é posto enquanto categoria analítica, interferindo na sua relação com o território. Por categoria, entende-se a mutação do conceito através do tempo e, segundo Silva (2011), o turismo se encontra atualmente na contemporaneidade, sendo entendido em duas vertentes que se complementam. Uma é a técnica, originada da Organização Mundial do Turismo (1994), ao definir o turismo como atividades realizadas em outro lugar (que não o seu habitual) por menos que um ano, por lazer, negócios e etc.; enquanto a outra, conceitual e acadêmica, é explicitada por Mathieson e Wall (1982), ao indicarem o turismo como o deslocamento de pessoas para locais de fora do seu habitual, as atividades realizadas por estes e também as facilidades criadas por outrem para os turistas.

Ou seja, percebendo a complexidade e relação entre os conceitos que se torna possível compreender o grau de importância que estes têm para o desenvolvimento, como demonstrado por Martins (2007). Ao explicar as relações entre estes, e sua influência na qualidade de vida dos moradores e agentes do turismo, conclui que é responsabilidade do Estado, enquanto instituição, promover o ordenamento do território e do turismo, por via de planos nacionais, setoriais e locais, que promovam aumento da qualidade de vida das populações e diminuição das discrepâncias estruturais entre os territórios, ao compreender o turismo como motor econômico e do desenvolvimento.

2.2 Lazeres e atrações em ambientes montanhosos

É importante reiterar, primeiramente, acerca das diferenças entre as características dos ambientes de montanha no que diz respeito ao estudo comparativo feito neste trabalho, entre Portugal e o estado de Santa Catarina, no Brasil. Ainda que no contexto europeu as diferenças são acentuadas (como a presença dos Alpes, e as temperaturas mais baixas), é possível traçar semelhanças entre as porções territoriais aqui citadas. O ponto mais alto de Santa Catarina está a 1827 metros de altitude, na Serra da Anta Gorda (IBGE, 2014) e se encontra justamente em Urubici; e o de Portugal continental, à 1993 metros, na Serra da Estrela (TURISMO DE PORTUGAL, [s.d.]). Apesar das diferenças de latitude, de aproximadamente -28° (IBGE, 2015) e 40° (DIREÇÃO GERAL DO TERRITÓRIO, 2019), respectivamente, as características gerais de ambientes montanhosos estão presentes em ambos os casos.

Portanto, a análise completa de Silva (2011) acerca dos lazeres e atrações em ambientes montanhosos é pertinente para o presente trabalho, ao se configurar no estudo de caso, o município de Urubici. A autora argumenta que o turismo de montanha se estabeleceu como alternativa ao “sol e mar” após a massificação do turismo dos anos 50 e 60 do século XX, gerando então uma busca de conceitos que fosse alternativa aos 3S (*sun, sand e sea*), culminando nos 4L (*landscape, leisure, learning e limit*), característicos do turismo de montanha.

A evolução deste turismo, segundo Silva (2011), permitiu que os turistas contemporâneos se tornassem mais exigentes e mais variáveis, ao buscarem a relação com a natureza e o ambiente socialmente construído, permitem-se a libertação do ritmo frenético e inquietante de muitos ambientes urbanos. A autora, ao citar McCool (2002), caracteriza as montanhas como lugares de evasão, não só das cidades, mas também por vezes do desconforto que o calor e umidade de ambientes tropicais e/ou litorâneos podem causar.

Tem-se nas montanhas, então, dois importantes tipos de recursos turísticos: os naturais e os culturais (SOUZA, 2009). Estes são provenientes das especificidades locais, mas são trabalhados e explorados diferentemente pelos agentes territoriais e turísticos, permitindo a particularidade dos diferentes espaços. Silva (2011) cita três tipos de turismo que são atrativos do ponto de vista dos espaços montanhosos: o turismo de aventura, pela

adrenalina e excitação que causam; o turismo cultural, para a aprendizagem e conhecimento de uma nova cultura ou realidade; e o turismo enquanto prestígio, que depende da subjetividade intrínseca dos indivíduos, mas que também é influenciado pela oferta dos territórios de montanha.

É necessário também citar o ecoturismo, que segundo Carvalho (2013b), está presente nos planos de desenvolvimento regionais portugueses enquanto motor de turismo de montanha, além de ter grande potencial para desenvolvimento local no caso urubiciense (ALBUQUERQUE, 2004).

2.3 Turismo de montanha em Portugal

É importante ressaltar no início deste subtópico que não é o intuito de tal trabalho caracterizar por completo o turismo de Portugal, mas sim, compreender as dinâmicas que o compõem, para uma melhor comparação em termos acadêmicos, podendo-se obter os maiores avanços e aprendizagens com a experiência portuguesa no âmbito do turismo de montanha, enquanto tática para o desenvolvimento do turismo em Urubici/SC, no que diz respeito ao estudo de caso.

Dentro do tema, o estudo de Carvalho e Correia (2013) é completo nessa avaliação, indicando uma série de questões no que tange o que foi, será e está sendo feito em Portugal até a data, estando relativamente atualizado. Segundo os autores, seguindo as tendências globais, a população portuguesa que deseja se desvincular unicamente do turismo “sol e mar” também cresceu, aumentando o turismo alternativo, incluindo as áreas de montanha. Isso exigiu melhorias e maior diversificação por parte destes territórios, anteriormente conhecidos unicamente como locais de produção.

Infelizmente, como avaliado pelos autores, Portugal não apresentava política de desenvolvimento especial para os ambientes de montanha, diferentemente de outros países europeus, como Espanha, França, Itália e Suíça. Isso é, por princípio, preocupante, visto que as alterações em ambientes montanhosos são rápidas e podem tender ao abandono e à descaracterização da paisagem em muitas situações, também em decorrência de atividades turísticas ou recreativas não ordenadas.

Conforme ainda sustentado pelos mesmos, já nos anos 1990 há um aumento da preocupação com as questões que tangem o patrimônio material e imaterial, também por influência da União Europeia. Isso gerou a promoção de um turismo sustentável, em prol da qualidade (e não quantidade, o que seria prejudicial em muitos casos) do mesmo, buscando também o envolvimento da população local na atividade turística, o que diversifica a economia local e promove o desenvolvimento.

Portanto, se expandiram novas políticas e organizações em torno da articulação territorial do turismo e do desenvolvimento. Carvalho e Correia (2013) citam a importância da criação da Secção de Municípios de Montanha da Associação Nacional de Municípios Portugueses, em 1995, permitindo uma unificação das necessidades destes, o que levou a estratégias e investimentos direcionados por tais municípios. A inclusão destes territórios em programas de desenvolvimento setorial obteve alguns avanços, apesar dos problemas estruturais. Um deles são os investimentos por parte das Ações Integradas de Base Territorial (AIBT), influenciado pelos Programas Operacionais Regionais, no período 2000-2006.

Outro programa importante é o LEADER (Ligação Entre as Ações de Desenvolvimento da Economia Rural) que, por ser focado em desenvolvimento rural, ajudou em diversos territórios ligados às montanhas. A forte componente territorial das “zonas de intervenção” do LEADER gerou grande relação entre diferentes atores sociais, com elevados investimentos, como demonstrado por Carvalho (2013a).

Carvalho e Correia (2013) ainda citam a possibilidade das intervenções por parte da aplicação portuguesa do FEADER (Fundo Específico da União Europeia Para o Desenvolvimento Rural) serem focados nas montanhas, o que traria benefícios para tais ambientes, tanto para a qualidade de vida das populações locais, quanto para estes territórios enquanto destinos turísticos.

Portanto, é perceptível que já existe uma criação de demanda e investimentos no âmbito do turismo de montanha português, para que este cresça e se desenvolva mais, por via de programas e investimentos que interferem adequadamente nestes territórios. Porém, alguns problemas ainda são vistos, como a demora para elaborar um programa específico para as montanhas, ou as dificuldades estruturais encontradas em tais locais.

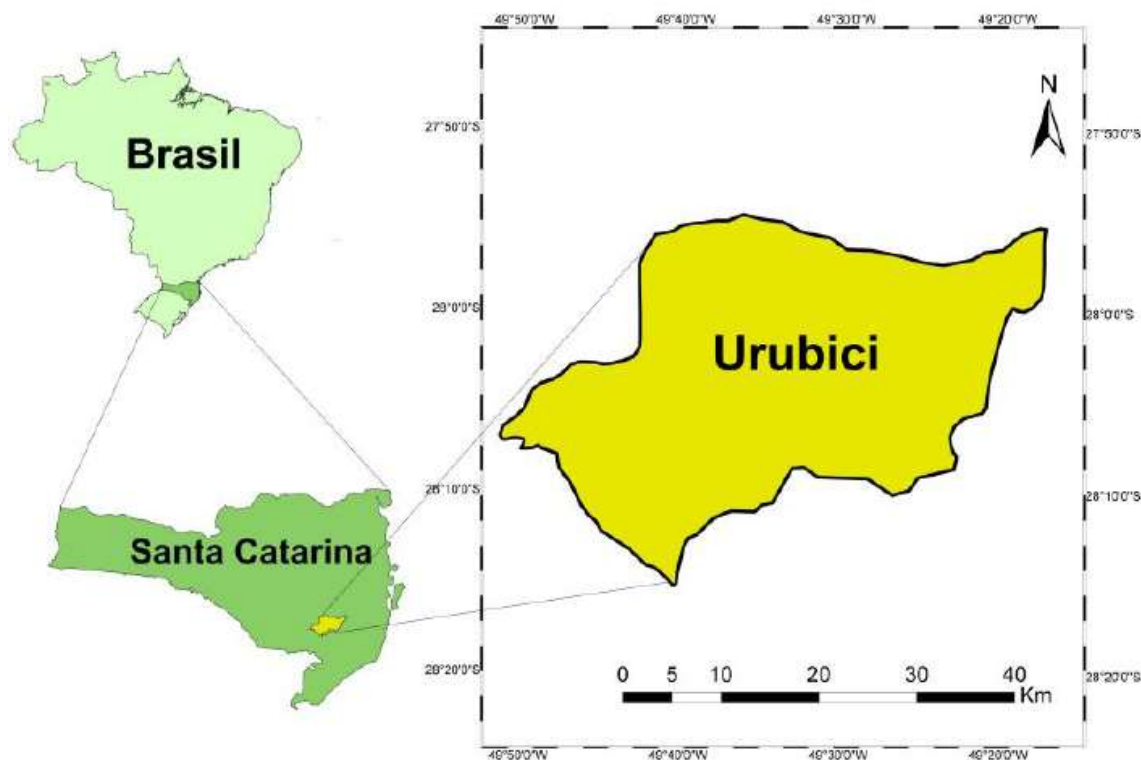
3. TURISMO DE MONTANHA NO CONTEXTO DA SERRA CATARINENSE: O CASO DE URUBICI/SC

O estudo de caso a seguir toma como recorte espacial o município de Urubici, no estado de Santa Catarina, Brasil. A utilização do termo aqui visto neste artigo, como “turismo de montanha”, é pertinente visto se tratar de um termo utilizado na bibliografia portuguesa, em que está se buscando táticas de melhoria e compreensão em relação com sua experiência em tal setor turístico. Além disso, como demonstrado por Lins (2008), a região da Serra Catarinense se encontra, em sua maioria, acima de 800 metros de altitude em seus centros municipais, enquanto variados pontos turísticos se encontram acima dos 1300-1500 metros de altitude. Tais valores, segundo classificação demonstrada por Körner e Ohsawa (2005) *apud* Kapos *et al.* (2000), poderiam ser incluídos nas classes 5 ou 4 de montanhas que são, respectivamente, entre 1000 e 1500 metros de altitude com declive igual ou superior à 5%; e entre 1500-2500 metros com declive superior à 2%.

3.1 Dinâmicas territoriais em Urubici

É necessário, primeiramente, apresentar as características socioespaciais que compõem o território urubiciense (Figura 1) e sua relação com os vizinhos serranos, para compreender os motores turísticos aqui em avaliação.

Figura 1 – Localização de Urubici



Fonte: BASTEZINI (2011)

Urubici se encontra na mesorregião Serrana (com um total de 30 municípios), e na microrregião dos Campos de Lages que contém 18 municípios (IBGE, 2010). O principal

destes, e centro urbano primordial do planalto serrano catarinense é Lages, como visto no Quadro 1. Um dos municípios de maior população de Santa Catarina, apresenta uma economia variada e centraliza a maior parte da oferta de serviços e atividade econômica local, sendo também a primeira cidade da região a incentivar o turismo rural e, conseqüentemente, a gerar o fenômeno dos hotéis-fazenda. Dados apresentados por Lins (2008) acerca do censo demográfico de 2000 do IBGE, demonstram que Lages contém 7 vezes mais população que o segundo colocado na microrregião, São Joaquim. Além disso, o autor analisa a perda da população dos municípios próximos até a data. No censo de 2010, é perceptível que alguns destes territórios ganharam população em termos absolutos, mas em termos relativos, continuam a perder.

Quadro 1 – Dados sobre os municípios da microrregião Campos de Lages – SC (2010)

Município	População total	Pop. relativa (%) - microrregião	PIB total (em mil reais)	PIB relativo (%) à microrregião	IDH
Anita Garibaldi	8.623	3,04	82.319	1,70	0,688
Bocaina do Sul	3.290	1,16	61.092	1,26	0,647
Bom Jardim da Serra	4.395	1,55	57.238	1,18	0,696
Bom Retiro	8.942	3,15	142.035	2,93	0,699
Campo Belo do Sul	7.483	2,63	98.428	2,03	0,641
Capão Alto	2.753	0,97	54.981	1,13	0,654
Celso Ramos	2.771	0,98	37.186	0,77	0,719
Cerro Negro	3.581	1,26	32.987	0,68	0,621
Correia Pinto	14.785	5,20	322.102	6,65	0,702
<u>Lages</u>	<u>156.727</u>	<u>55,16</u>	<u>2.648.193</u>	<u>54,64</u>	<u>0,77</u>
Otacílio Costa	16.337	5,75	544.589	11,24	0,74
Painel	2.353	0,83	37.606	0,78	0,664
Palmeira	2.373	0,84	58.859	1,21	0,671
Rio Rufino	2.436	0,86	29.022	0,60	0,653
São Joaquim	24.812	8,73	372.868	7,69	0,687
São José do Cerrito	9.273	3,26	88.526	1,83	0,636
<u>Urubici</u>	<u>10.699</u>	<u>3,77</u>	<u>142.293</u>	<u>2,94</u>	<u>0,694</u>
Urupema	2.482	0,87	35.943	0,74	0,699
<i>Microrregião Campos de Lages</i>	<i>284.115</i>	<i>100%</i>	<i>4.846.267</i>	<i>100%</i>	<i>0,682</i>
<i>Santa Catarina</i>	<i>6.248.436</i>	<i>-</i>	<i>152.482.338</i>	<i>-</i>	<i>0,774</i>

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2010), elaborado pelo autor;

Tratando especificamente de Urubici, o município apresenta uma população de 10.699 habitantes, datada de 2010. A estimativa para 2018 é estabelecida como 11195 moradores, numa área territorial de 10171,635 Km² de área (IBGE, 2019). O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é de 0,694, estando abaixo da média estadual, que atualmente se encontra em 0,774 (PNUD, 2013). É interessante ainda ressaltar que, nenhum dos municípios da microrregião apresenta valor acima da média, com Lages tendo o mais elevado, de 0,770.

Tais índices são reflexos de uma série de questões que permeiam a estrutura fundiária da Serra Catarinense, e suas diferenças em relação ao resto do estado no que tange o tamanho de propriedades e o modelo de produção. Enquanto Santa Catarina em sua maioria, e também em diferentes períodos históricos, se moldou conforme um modelo de desenvolvimento baseado na pequena propriedade (VIEIRA, 2002), a região do planalto, separada do litoral pela Serra Geral durante boa parte de sua história, acabou tomada por

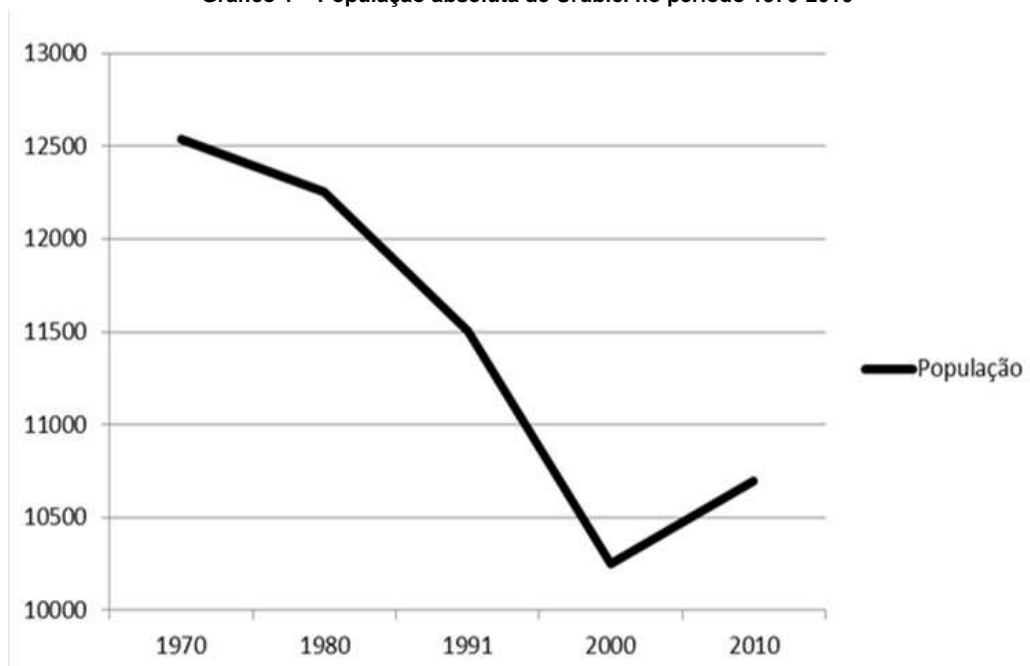
um progresso mais lento (LINS, 2008 *apud* CABRAL, 1968), influenciado pelos latifúndios, a pecuária extensiva e a centralização do poder sobre a terra (PELUSO JR, 1991).

Urubici se estabeleceu enquanto vila, no ano de 1915, dentro deste contexto. Conforme os outros municípios da região serrana, foi criado após o desmembramento de um maior, no caso, de São Joaquim (que se desmembrou anteriormente de Lages). O município enfim foi fundado no ano de 1957, tendo parte do território desmembrado para a criação do município de Rio Rufino, em 1991.

Aproveitando os campos de pastagem natural Urubici manteve, na época, a economia baseada na pecuária extensiva. No entanto, com a entrada nos anos 1960, tornou a indústria madeireira sua base econômica, num processo que vinha se estabelecendo no estado, principalmente na região serrana, no Vale do Itajaí e no Oeste, desde os anos 1940, como demonstrado por Goulart Filho (2002). O rápido crescimento das serrarias aumentou a população do município gradativamente no período entre os anos 1960 e 1970, como explicado por Souza (2005, *apud* RODRIGUES, s/d), o que logo depois gerou uma queda na população com o declínio da produção da madeira, decorrente da proteção iniciada nos anos 80 em relação à árvore da araucária e também da criação do Parque Nacional de São Joaquim, incluso 70% dentro do território urubiciense.

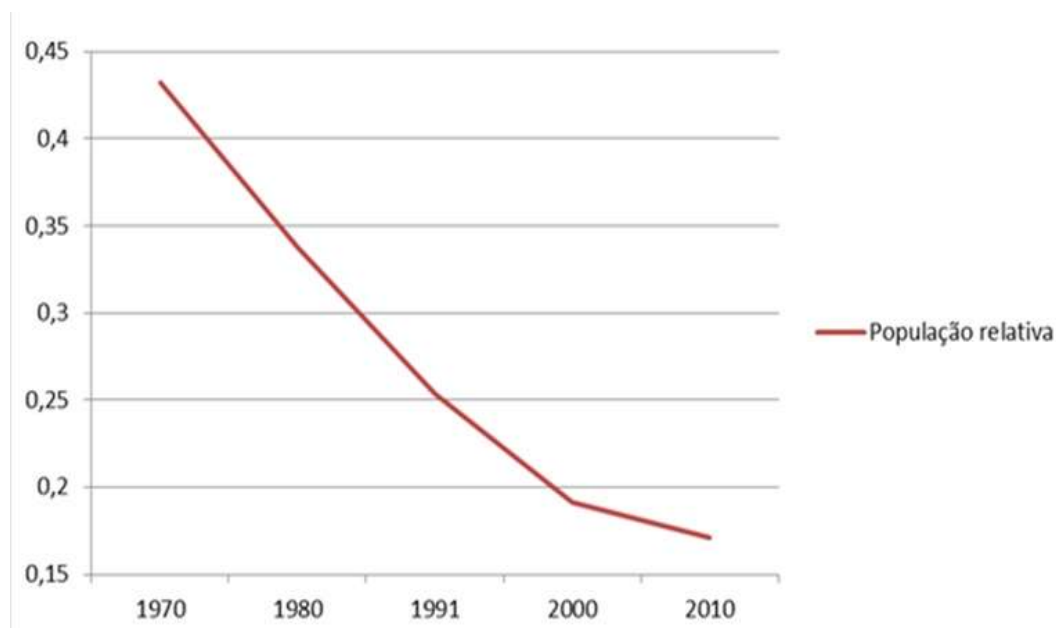
O fenômeno de perda da população é visto até hoje em Urubici, ao analisar os dados do censo demográfico do IBGE, de 2010. É possível observar a queda gradativa da população municipal, como visto no Gráfico 1. Apesar de, a população absoluta aumentar entre 2000 e 2010, a população relativa em comparação com o estado continua a diminuir, como visto no Gráfico 2.

Gráfico 1 – População absoluta de Urubici no período 1970-2010



Fonte: Séries Históricas do IBGE (2010), elaborado pelo autor;

Gráfico 2 – População relativa de Urubici em relação à Santa Catarina no período 1970-2010



Fonte: Séries Históricas do IBGE (2010), elaborado pelo autor;

Conforme citado por Souza (2005), em decorrência do declínio da madeira, o município se reestabeleceu enquanto produtor agropecuário e também centro turístico. Losso (2010) reconhece a produção de hortaliças, diferentes tipos de maçã, erva-mate e também a truticultura como principais fontes de renda relacionados à produtos endógenos. Segundo o mesmo autor, o turismo só recebe a devida importância no local a partir dos anos 2000, sendo a fonte das discussões aqui realizadas.

3.2. Ofertas e lazeres turísticos

Urubici, apesar da população pequena e o centro urbano de pouco porte, tem em compensação a já supracitada área de 1000 Km², o que lhe permite abarcar boa parte do Parque Nacional de São Joaquim e, como citado por Losso (2010), contém uma série de atrativos naturais, sejam eles em termo de paisagem, ou seja enquanto percepção do turista, seja no que diz respeito ao clima frio, por exemplo.

Visto tal contexto, fica claro que a propaganda turística local se baseia justamente nestas belezas naturais, na recente preservação e conservação destas, no clima (devido ao frio e possibilidade de precipitação de neve) e também na colonização europeia, com presença no município de famílias descendentes de italianos, germânicos e letões (SOUZA, 2005). No ramo turístico, percebe-se o foco no turismo rural (ligado também aos hotéis-fazenda) e o turismo de aventura. Albuquerque (2004) destaca também a possibilidade do crescimento do ecoturismo, enquanto potencialidade local. Segundo Souza (2005), o turismo religioso e o turismo de eventos também estão presentes.

Portanto, é perceptível a posição do município e de seus atrativos naturais em comparação também com o atrativo do turismo de montanha em Portugal, visto que, em ambos os casos, surgem como alternativa ao “sol e mar”. O governo do estado de Santa Catarina, ao incentivar o turismo na região serrana, descreve o local de estudo como “Urubici é uma das principais estrelas da Serra Catarinense. As atrações naturais do município (...) fazem dele um dos destinos mais procurados no país pelos adeptos do ecoturismo” (GOVERNO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2019). A Santur, agência de

turismo estadual, também demonstra essa tendência com as imagens disponibilizadas no endereço virtual para turismo no município, como visto na Figura 2.

Figura 2 – Compilado de *screenshots* retirados do *site* oficial do turismo em Santa Catarina



Fonte: GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (2019), elaborado pelo autor;

Nestas imagens são possíveis observar alguns dos principais atrativos turísticos citados por diferentes autores, como a Cascata Vêu de Noiva, a Pedra Furada, o Morro da Igreja e a Igreja Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens (LOSSO, 2010; LINS, 2008; BASTEZINI, 2011).

Além destes, há uma série de outros atrativos naturais que incentivam a ida de turistas à cidade. Citados por Corrêa e Corrêa (2006), são a Serra do Corvo Branco, os cânions dos rios Pelotas e Canoas, a base da aeronáutica presente no topo do Morro da Igreja, o Morro do Campestre, além das Cascatas do Avençal e do Rio dos Bugres, ambas com aproximadamente 100 metros de altura. Os autores ainda colocam outros fatores além das belezas naturais, como a Festa Nacional das Hortaliças (Fenahort), a gastronomia particular e os aspectos culturais ainda pouco valorizados. Bastezini (2011) também detalha os atrativos de Urubici, disponíveis na Figura 3.

Figura 3 – Quadro demonstrando os diferentes atrativos turísticos de Urubici

ATRATIVOS NATURAIS	ATRATIVOS HISTÓRICOS	ATRATIVOS CULTURAIS
Cachoeira do Avençal	Inscrições	Fenahort- Festa Nacional das Hortaliças
Cachoeira Rio dos Bugres	Rupestres	Campeonato de Pesca da Truta em Rio
Cascata Vêu de Noiva	Igreja Matriz	Enduro das Neves
Caverna Rio dos Bugres	Nossa Senhora	Etapas dos Campeonatos Nacionais e Estadual de Motocross
Gruta Nossa Senhora de Lourdes	Mãe dos Homens	Torneio de Laço
Morro da Cruz		Bailes Gauchescos
Morro Pelado		Feiras de Gado
Morro da Igreja		
Morro do Campestre		
Morro do Oderdeng		
Pedra Furada		
Mirante Serra do Corvo Branco		

Fonte: BASTEZINI (2011) *apud* STACKE (2008);

Portanto, é possível observar por via do quadro, a discrepância entre os atrativos naturais listados pelos autores e os atrativos “sociais” presentes no município. O número

de aspectos culturais listados, apesar de elevado, está ligado principalmente ao turismo de eventos, e não à possibilidade de sustentação de um turismo contínuo, valorizando o patrimônio histórico-cultural-arquitetônico. Isto influencia diretamente nos investimentos e infraestrutura local.

3.3 Caracterização dos investimentos públicos e privados

Há uma série de variáveis envolvidas neste tópico, mas que podem ser resumidas em dois componentes principais: a infraestrutura turística, que recebe investimentos tanto privados quanto públicos; e os planos e projetos que guiam tais investimentos, articulados entre poder público e iniciativa privada. Ambos estes componentes, receberam maior força em Urubici após os anos 1990, quando as secretarias de turismo, tanto municipais quanto estaduais, alavancaram os primeiros investimentos em infraestrutura e divulgação dos atrativos turísticos locais, como avalia Souza (2005).

Essa diferenciação é demonstrada por Corrêa e Corrêa (2006), que perceberam a evolução, ainda que incipiente, da oferta ao turismo no município. No final da década de 1990, a cidade mantinha somente dois hotéis. Em 2005, já eram 28 tipos de hospedagem diferentes, divididos quase que igualmente entre as áreas rurais e o centro urbano, disponibilizando pouco mais de 500 leitos.

Mas apesar deste crescimento vertiginoso, os autores também avaliam a pouca participação da população local neste número, em comparação às possibilidades de articulação entre campo e turismo. Os investimentos externos por empresários de outras cidades, estados e até países, são de maior padrão e dimensão, relegando as propriedades de investidores locais à menor qualidade e abrangência. Isso demonstra a necessidade de investimentos públicos e incentivos à atividade turística, de forma que seja possível articular o desenvolvimento rural e turístico.

Soma-se a essa questão a realidade dos resorts rurais e hotéis-fazenda, muito fortes na região, como ressalta Lins (2008). Estes são isolados nas suas próprias propriedades e pouco integrados com a realidade vivida no município como um todo, gerando uma estilização do modo de vida rural, mas que não agrega à produção local. Apesar de bons motores da economia e pólos turísticos, esses empreendimentos não são suficientes para criar uma rede turística adequada.

Esses fatores levam às considerações levantadas tanto por Losso (2010), quanto por Bastezini (2011), ao avaliarem que a infraestrutura turística local é ainda deficitária em relação a demanda, tendo equipamentos e serviços insuficientes, tanto na hospedagem quanto no que diz respeito a alimentação. O que ainda parece suficiente, como os equipamentos de orientação, sofrem com a falta de coesão arquitetônica, o que também poderia vir a agrandar o turista, quando feito de forma adequada.

Porém, após o início dos investimentos, uma série de organizações, planos e investimentos, em diversos âmbitos, foram realizados com o intuito de desenvolver o turismo local, alcançando diferentes níveis de sucesso. Lins, ao citar o Plano (2015), diz que “Sobre a esfera técnico-institucional, cabe salientar o encaminhamento da elaboração do Programa de Desenvolvimento Turístico Integrado e Sustentável (PDTIS) e a criação, em 2002, do Convention & Visitors Bureau da Serra Catarinense.” (2008, pp. 343). Ambos estes avanços foram realizados em período temporal conjunto ao da fundação da AGESERRA (Agência de Desenvolvimento da Serra Catarinense), no âmbito do desenvolvimento regional, voltado para todo o território composto pela AMURES (Associação de Municípios da Região Serrana), ou seja, os 18 municípios inclusos na microrregião definida pelo IBGE. Por via da articulação entre membros da sociedade civil, definiu uma série de parâmetros e iniciativas no âmbito do patrimônio, produtos endógenos e qualificação da mão-de-obra, ao utilizar o conceito de desenvolvimento português, observando as especificidades do território (DE LIZ, 2004).

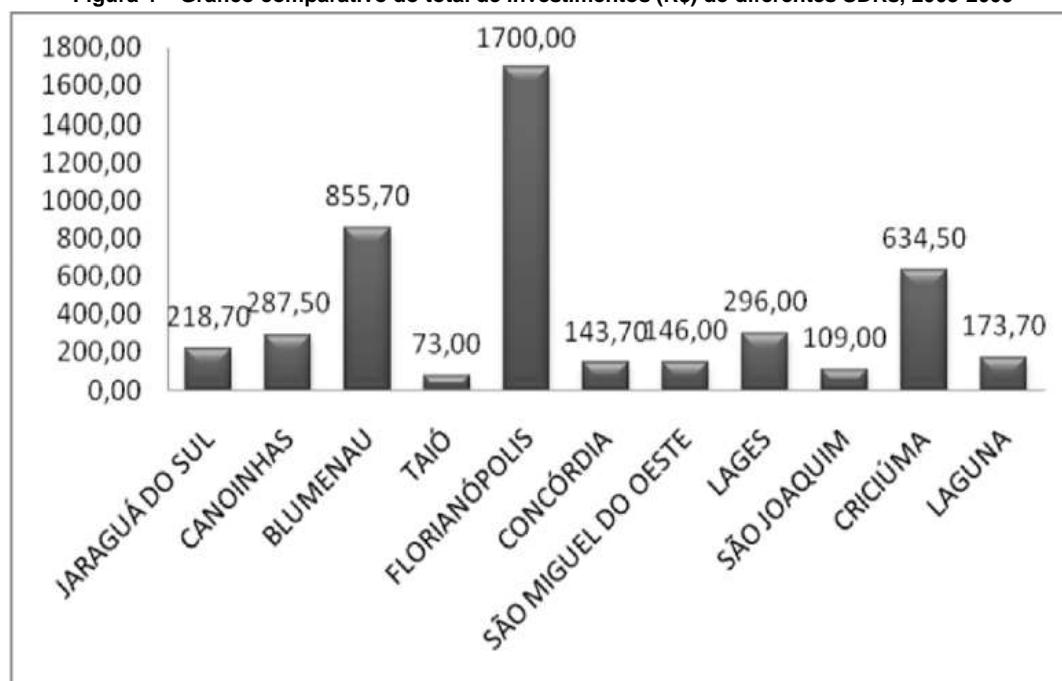
No período, outro motor importante da sociedade civil para a região como um todo, em decorrência do que vinha acontecendo no estado, era o Forumcat e os Fóruns para o Desenvolvimento Regional Integrado. Ao elaborarem planos de ação localizados e com participação da população, continham uma série de estratégias para o desenvolvimento das diferentes regiões e setores, incluindo o turismo. No entanto, como explica Birkner

(2008), estes foram sobrepostos pelas Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR)², em 2003, coordenadas pelo governo estadual. Apesar da ideia inicial inovadora de descentralizar o governo e a tomada de decisões, as SDRs se desvencilharam do trabalho feito anteriormente pelo Forumcat, não criando a sinergia adequada com a sociedade civil, além de não manter um corpo técnico adequado a necessidade das mesmas.

No que diz respeito à SDR de São Joaquim, do qual Urubici faz parte, Rudnick e Mattedi (2013) fazem importantes ponderações acerca dos investimentos no período 2003-2009. Nestes 6 anos avaliados pelo autor, a SDR recebeu um investimento total de R\$ 109 milhões, um valor baixo se comparado com o valor que Florianópolis, a capital, recebeu no mesmo período, o de R\$ 1,7 bilhão, conforme a figura 4. Mesmo que os investimentos *per capita* sejam semelhantes (R\$ 2115 para São Joaquim e R\$ 2048 para Florianópolis), a capital estadual já detinha uma infraestrutura geral muito mais desenvolvida que a maior parte das SDRs e, segundo os autores, se o objetivo da descentralização era desenvolver regiões interioranas e diminuir a perda de população, os investimentos deveriam ser ainda mais fortes em tais porções territoriais.

Rudnick e Mattedi (2013) ainda citam o investimento desigual dentro das próprias SDRs e a necessidade de investimento em áreas mais prioritárias, como o desenvolvimento rural e turístico, que se aplicam tanto ao contexto estadual quanto ao urubiciense. Os autores também ressaltam a pouca representatividade dos Conselhos Regionais, aspecto considerado aqui crítico, sendo que estes deveriam ser a conexão entre membros da sociedade civil e do governo.

Figura 4 – Gráfico comparativo do total de investimentos (R\$) de diferentes SDRs, 2003-2009



Fonte: RUDNICK e MATTEDI (2013);

Atualmente, Urubici se encontra inserido no Plano de Desenvolvimento Regional do Turismo da Serra Catarinense, planejado pelo governo estadual para o período 2010-20. Com perceptíveis influências do Planejamento Estratégico Integrado do Turismo da Serra Catarinense, de 2003, este plano se foca principalmente no desenvolvimento turístico sustentável e na busca pelo aumento da competitividade dos territórios. Ele apresenta uma série de objetivos, desde estratégias diretas de interferência no território (como o

² Recentemente, tais instâncias governamentais foram renomeadas como Agências de Desenvolvimento Regional (ADR) e finalmente dissolvidas em 2019 por decreto do governador Carlos Moisés (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2019). A nomenclatura de SDR será mantida pois assim era citada no estudo de Rudnick e Mattedi (2013).

desenvolvimento do ecoturismo e da especialização gastronômica) até propostas de melhoria técnico-institucional, como a maior articulação entre entidades e integração entre planejamento e gestão. O documento ainda cita a importância da dimensão territorial das ações, provavelmente o maior avanço em termos de aplicação de políticas (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2010). Ainda no documento, é possível visualizar as metas de investimento, que são desiguais entre os diferentes subprogramas (e esses divididos entre ações). Os principais subprogramas, em termos de investimento, são: “Estruturação de atrativos e de espaços turísticos”, com R\$ 1 milhão e 780 mil; “Regionalização do Turismo”, com R\$ 2 milhões e 50 mil; e “Sustentabilidade de destinações turísticas”, com R\$ 3 milhões e 560 mil; num total entre 8 subprogramas, totalizando mais de R\$ 9 milhões.

Contudo, a avaliação de Bastezini (2011) é que os planos realizados ainda se apresentam ineficazes, tanto na ruralidade quanto no espaço urbano. Na visão da autora, existe a possibilidade de avanços por via da realização do plano diretor municipal, que dedica boa parte de sua legislação ao turismo, além de citar a necessidade de conservação de patrimônios paisagísticos, arquitetônicos, históricos e arqueológicos. Há também a probabilidade de melhorias com a elaboração do plano estratégico específico do município, com foco no turismo.

3.4 Problemas e potencialidades observadas

Como visto no decorrer do artigo, há uma série de questões que levam a problemas relacionados com a atividade turística em Urubici, mas as possibilidades de melhoria são variadas, o que demonstra o grande potencial do município.

Enquanto problemas, um dos básicos é o citado por Souza (2005), que seria a falta de contato efetivo entre os órgãos de ordenamento turístico e a população local. Apesar deste efeito ter melhorado em relação ao começo da atividade no município, é evidente que há mais potencial do que o utilizado, sendo possível também abordar outros temas da cultura local para o turista, como os aspectos deixados pela ocupação negra, indígena e *cabocla*.

Já Lins (2008) cita a questão dos hotéis-fazenda, aqui já citados, enquanto motores do turismo de forma desintegrada em relação ao resto do município, além dos problemas estruturais como determinantes para interferir na qualidade do turismo urubiciense. Utilizando-se de dados de 2005, demonstra em seu trabalho que praticamente toda a estrutura de hospedagem e serviços da região serrana se encontra em Lages, além de que Urubici é deficitária em tal quesito. Outros autores em trabalhos mais recentes, como Losso (2010) e Bastezini (2011) também comentam as mesmas questões, ainda que indiquem melhorias no que diz respeito à estrutura de apoio ao turista e alimentação. O primeiro autor cita a grande diferença entre as paisagens naturais e urbanas do município. Enquanto está repleto de atrativos naturais e belas paisagens em sua zona rural, nas serras/montanhas e também em relação ao regime climático diferenciado, a parte urbana não apresenta harmonia arquitetônica, paisagística ou de infraestrutura, o que dificulta a permanência do turista. Já a segunda autora argumenta que, apesar de Urubici ser a sétima cidade mais visitada do Brasil na temporada de inverno, as dificuldades básicas ao turista ainda estão presentes.

Já Andrighi e Hoffman (2008, 2010) citam que apesar dos investimentos recentes em desenvolvimento rural e na elaboração de planos governamentais, a cooperação entre atores ainda é baixa, o que se reflete na integração entre empresas privadas e órgãos públicos, que apresenta certa ineficiência. Esse efeito impede a criação de uma rede turística mais robusta. Albuquerque (2004), ao citar o Planejamento Estratégico Integrado do Turismo da Serra Catarinense, de 2003, elenca os problemas vistos na região serrana como um todo, destacando-se aqui a ausência de roteiros turísticos integrados; o amadorismo na oferta do produto turístico; a baixa integração da comunidade; e atrativos turísticos abandonados ou sem segurança.

No entanto, a mesma autora se utiliza do plano para tratar das potencialidades da região, que se aplicam a Urubici, como a cultura regional diferenciada, variadas histórias e etnias, artesanato, cavalgadas, monumentos históricos, gastronomia, trilhas ecológicas e a possibilidade de desenvolvimento do ecoturismo. Há, portanto, uma série de

potencialidades localizadas. Albuquerque (2004) cita também o aumento do envolvimento da população local, ainda que lento, por via de ONGs, sindicatos e o poder público municipal. Lins (2008) também argumenta que, mesmo a pequenos passos, este envolvimento entre entidades apresentou melhorias. Uma das principais ações decorre do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), criando o Arranjo Produtivo Local da Serra Catarinense, incluindo Urubici, o que gerou investimentos em mais de 50 empreendimentos, melhorando a dinâmica do turismo.

Em decorrência disso, Bastezini (2011) elenca uma série de obras em infraestrutura que irão gerar melhoria de acesso aos pontos turísticos, ou para conexão dos turistas entre diferentes cidades. O projeto dos Caminhos da Neve, gerando uma articulação direta entre os municípios das serras catarinense e gaúcha conhecidos pelo clima frio, pode gerar um maior fluxo de turistas entre as diferentes cidades, incluindo Urubici. A autora ainda comenta sobre a possibilidade de melhoria do acesso e da infraestrutura geral do Morro da Igreja, em parceria com o Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão federal que administra as unidades de conservação federais, como é o caso do Parque Nacional de São Joaquim. É necessário também comentar novamente sobre os investimentos que estão em processo por parte do governo catarinense para o período 2010-2020, acima dos R\$ 9 milhões em diferentes frentes.

4. CONCLUSÕES E PROPOSTAS DE MELHORIA POR VIA DA EXPERIÊNCIA PORTUGUESA

A partir das questões levantadas no decorrer do artigo, tendo conhecimento dos conceitos de turismo e território, e avaliando o que foi feito em relação ao turismo de montanha português, é possível obter conclusões e propostas para o desenvolvimento do turismo urubiciense, utilizando-se também o conceito do turismo montanhoso.

Conforme a leitura de Bastezini (2011), a utilização dos sistemas de informação geográfica seria essencial para o planejamento do turismo no Brasil, mas é praticamente inutilizado, apenas para produção de mapas turísticos, que muitas vezes sequer usam o correto padrão cartográfico. A autora utiliza o exemplo do conselho de Mirandela, em Portugal, onde o SIG foi plenamente utilizado para o ordenamento do território, além de conceder disponibilidade *online* aos dados espaciais, incluindo os de turismo. Esse tipo de iniciativa deve ser considerada para o desenvolvimento territorial e também turístico, vide não somente a ajuda que trás aos gestores do território, mas também aos turistas. A autora, ao referenciar Souza e Fernandes (2007), argumenta que os SIG podem ser usados para análise de tendências no turismo, monitorização de atividades, simulação de resultados, entre outras ferramentas. Há, portanto, o ensinamento vindo do contexto português e, também europeu, para a gestão do turismo não só em Urubici, mas também no Brasil.

As observações feitas por Carvalho (2013b) também são pertinentes enquanto ensinamento, ao analisar as políticas em Portugal. Primeiramente, o fato de não haver uma política específica para a montanha e isso criar certos problemas de investimento local, com assinala o autor, pode servir como ensinamento para o governo estadual catarinense investir em desenvolvimento localizado com o intuito de prevenir possíveis problemas estruturais que se sucederam em Portugal, como a perda de população e a degradação dessas áreas. Apesar das diferentes dinâmicas e realidades geográficas, tais ensinamentos podem ser compreendidos e adaptados.

A questão das intervenções urbanas, também tratadas por Carvalho (2013b), como as realizadas nas Aldeias do Xisto, em Portugal, pode ser compreendida à realidade de Urubici. A cidade não apresenta coesão arquitetônica e contém também edifícios históricos que podem ser revitalizados. Há necessidade de melhoria de diversos aparatos urbanos, tanto de fachada quanto de estrutura, e o exemplo português dessas intervenções em edifícios históricos são de extrema pertinência para o caso aqui analisado.

Há também a perspectiva de Cunha e Vieira (2014), acerca da necessidade de salvaguarda do patrimônio geológico e geomorfológico, como defendido em várias áreas e parques naturais de Portugal, que deve ser implementado no contexto de Urubici. Apesar dos planos turísticos e de desenvolvimento regional trataram das paisagens naturais e da

proteção dos recursos locais, não há, especificamente, diretrizes ou pontos que tratem do patrimônio geológico e geomorfológico local, sendo que este é de extrema importância, principalmente no caso da Pedra Furada, como já citada. Somando-se a isso, Bastezini (2011) diz que não há informação científica sobre as feições geológicas, e que poderiam ser implementadas, aumentando a valorização de tais patrimônios.

Percebe-se então que há uma série de iniciativas tomadas em Portugal, no âmbito do desenvolvimento regional e do turismo, que podem ser adaptadas à realidade de Urubici e introduzidas com sucesso. Há a maior necessidade de integração entre diferentes políticas e programas, investimentos adequados com as especificidades locais, valorização dos patrimônios histórico-cultural-arquitetônico e também geológico e geomorfológico, além da criação de roteiros turísticos que valorizem o município e seu patrimônio como um todo, e não somente determinados empreendimentos. Conclui-se que as intervenções urbanas e turísticas devam ser feitas de forma a melhorar a qualidade de vida da população local e o acesso dos turistas, como é realizado no contexto português.

Bibliografia

Albuquerque, I. C. (2004) – *O papel do ecoturismo no município de Urubici – SC*. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 159 pp.

Andrighi, F. F.; Hoffmann, V. E. (2008) – Aglomeração territorial no turismo: uma avaliação dos atores sociais na destinação turística de Urubici/SC. *Revista NECAT* - Ano 2, nº4 Jul-Dez de 2013, Santa Cruz.

Andrighi, F. F.; Hoffmann, V. E. (2010) – Redes e Cooperação na Destinação Turística de Urubici/SC. *Turismo em Análise*, Vol. 21, n. 1.

Bastezini, D. A. (2011) – *Sistematização de dados turísticos para geração de informações que subsidiem o planejamento da atividade inserida no desenvolvimento de Urubici*. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 204 pp.

Birkner, W. M. K. (2008) – Desenvolvimento regional e descentralização político-administrativa: um estudo comparativo dos casos de Minas Gerais, Ceará e Santa Catarina. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 297-311, jun. 2008.

Carvalho, P. (2013a) – “Os programas LEADER e o desenvolvimento rural em ambientes de montanha” In Carvalho, P. (coord.) (2013): *Desenvolvimento em áreas de montanha. Notas geográficas a partir da Cordilheira Central Portuguesa*. Málaga, Eumed, pp. 63-89.

Carvalho, P. (2013b) – “A AIBT do Pinhal Interior e as Aldeias do Xisto: novos caminhos e atores para o desenvolvimento de territórios de baixa densidade em ambientes de montanha” In Carvalho, P. (coord.) (2013): *Desenvolvimento em áreas de montanha. Notas geográficas a partir da Cordilheira Central Portuguesa*. Málaga, Eumed, pp. 95-107.

Carvalho, P.; Correia, J. (2013) – “Turistificação, patrimonialização e dinâmicas territoriais em contexto rural de montanha: o exemplo do Piódão” In Carvalho, P. (coord.) (2013): *Desenvolvimento em áreas de montanha. Notas geográficas a partir da Cordilheira Central Portuguesa*. Málaga, Eumed.

Corrêa, W. K.; Corrêa, R. K.; (2006) – *Lazer e potencialidades turísticas no meio ruralna região serrana catarinense: o exemplo do município de Urubici*. II Encontro de Grupos de Pesquisa “Agricultura, desenvolvimento regional e transformações socioespaciais”, Universidade Federal de Uberlândia.

Cunha, L. & Vieira, A. (2004) - *Geomorfologia, património e actividades de lazer em espaços de montanha. Exemplos no Portugal Central*, Actas do III Seminário Latino Americano de Geografia Física, Puerto Vallarta, México, CD-Rom, GMF07.

De Liz, C. E. (2004) – *Estratégias para o desenvolvimento regional sustentável utilizadas pela Agência de Desenvolvimento da Serra Catarinense: estudo de caso*. Dissertação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 171pp.

Direção-Geral do Território – CAOP 2018. Disponível em:
<http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/carta_administrativa_oficial_de_portugal_caop/caop_download/carta_administrativa_oficial_de_portugal__versao_2018__em_vigor/>. Consultado em 01/08/2019, as 22:41.

Goularti Filho, A. (2002) – A formação econômica de Santa Catarina. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 23, n. 2, pp. 977-1007.

Governo do Estado de Santa Catarina (2010) – *Plano de Desenvolvimento Regional de Turismo do Estado de Santa Catarina 2010/2020: Serra Catarinense*.

Governo do Estado de Santa Catarina (2019) – Decreto oficializa desativação das ADRs em Santa Catarina. Disponível em <<https://www.sc.gov.br/index.php/noticias/temas/institucional/decreto-oficializa-desativacao-das-adrs-em-santa-catarina>>. Consultado em 01/08/2019 as 23:43.

Governo do Estado de Santa Catarina (2019) – Urubici. Disponível em <turismo.sc.gov.br/cidade/urubici/>. Consultado em 01/08/2019 as 22:48.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) – *Cidades: Urubici*. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/urubici/panorama>>. Consultado em 01/08/2019 as 22:43.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) – Séries históricas e estatísticas: Urubici. Disponível em <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=6&op=1&vcodigo=CD77&t=populacao-presente-residente-sexo-dados-universo>>. Consultado em 01/08/2019 as 22:44.

Körner, C.; Ohsawa, M.. (2005) – Mountain Systems. In HASSAN, Rashid; SCHOLE, Robert; NEVILLE, Ash. *Ecosystems and human well-being: current state and trends, volume 1*. Washington; Covelo; London. Island Press.

Lins, H. N. (2008) – *Estilização do turismo: ensaio com foco na Serra Catarinense*. II Encontro de Economia Catarinense, Chapecó.

Losso, F. B. (2010) – *O potencial turístico na paisagem natural e urbana: notas sobre o município de Urubici – SC*. Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Semintur, Universidade de Caxias do Sul.

Mattedi, M. A.; Rudnick, L. T. (2013) – Uma análise da política de descentralização administrativa em Santa Catarina, 2003-2009. *Revista NECAT* - Ano 2, nº4 Jul-Dez de 2013.

Souza, Â. M. (2005) – Turismo na Serra Catarinense: um exercício de observação sobre a população do município de Urubici. *Turismo - Visão e Ação* - vol. 7 - n.2 p. 387 – 398.

Visit Portugal – Serra da Estrela [s.d.]. Disponível em: <<https://www.visitportugal.com/pt-pt/node/73759>>. Consultado em 01/08/2019 as 22:44.